

## O PAPEL DA DIMENSÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE PESSOAS NEURODIVERSAS

Sabrina Benicio de Farias Silva<sup>1</sup>  
Tatiana Cristina Vasconcelos<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a compreensão sobre a neurodiversidade e seu impacto no desenvolvimento humano tem ganhado crescente atenção na literatura científica. O conceito de neurodiversidade reconhece as variações neurológicas, como autismo, TDAH, dislexia, entre outras, como parte natural da diversidade humana, e não como defeitos a serem corrigidos. Este estudo tem como objetivo investigar a relação entre a dimensão social e o desenvolvimento de pessoas neurodiversas e como isso influencia de forma significativa a vida desses indivíduos (Viana e Marinque, 2023).

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de promover uma compreensão mais aprofundada e inclusiva das necessidades das pessoas neurodiversas. Além de compreender como a família, a escola e a inclusão social influenciam o desenvolvimento desses indivíduos é crucial para a formulação de políticas educacionais e sociais que promovam a inclusão e o respeito à diversidade.

Nesse sentido, a revisão integrativa permitiu reunir e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema, destacando as práticas e abordagens que favorecem o desenvolvimento positivo de pessoas neurodiversas. Esta análise é fundamental para avançar na promoção de ambientes mais inclusivos e na valorização da diversidade neurológica, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e respeitosa.

### METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo foi realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura, utilizando o Google Acadêmico para investigar a relação entre a dimensão social e o desenvolvimento de pessoas neurodiversas. O objetivo foi compreender as concepções referentes ao tema em periódicos disponíveis. Foram examinados títulos e resumos de artigos utilizando palavras-chave como "Família", "Escola", "Inclusão" e "Neurodiversidade". Os critérios de inclusão

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba-(UEPB). [sabrina.benicio@aluno.uepb.edu.br](mailto:sabrina.benicio@aluno.uepb.edu.br);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação (UERJ). Mestre em Psicologia (UFPB). Especialista em Psicopedagogia (UCM). Especialista em Neuropsicologia (UNILEYA). Licenciada (UFPB) e Bacharela em Psicologia (UNFIP). [tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br](mailto:tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br);

abrangeram publicações entre 2008 e 2023 e abordagens amplas sobre o tema, resultando na seleção de 5 artigos. Os critérios de exclusão envolveram artigos que focavam exclusivamente em uma única condição de neurodiversidade e artigos publicados em idiomas diferentes do português.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Por muito tempo, a normalidade estabelecida serviu como critério para classificar e segregar aqueles que não se enquadravam nesse padrão. Com o avanço do conhecimento científico ao longo dos anos, essa visão foi gradualmente alterada. Isso levou a uma mudança positiva na representação cultural das pessoas com deficiência, promovendo uma perspectiva de respeito e dignidade humana para esses indivíduos (Cardiere, 2018).

Existe sem dúvida uma correlação histórica entre dois fatos. Antes do século XVIII, a loucura não era sistematicamente internada, e era essencialmente considerada como uma forma de erro ou de ilusão. Ainda no começo da idade clássica, a loucura era vista como pertencendo às quimeras do mundo; podia viver no meio delas e só seria separada no caso de tomar formas extremas ou perigosas. Nestas condições compreende-se a impossibilidade do espaço artificial do hospital em ser um lugar privilegiado, onde a loucura podia e devia explodir na sua verdade (Foucault, 1989, p.69).

Historicamente, desde o século XVIII, indivíduos considerados "loucos" ou mentalmente instáveis foram frequentemente confinados em instituições psiquiátricas. Isso se baseava na crença de que essas pessoas eram perigosas, incontroláveis ou incapazes de viver em sociedade. Instituições como hospitais psiquiátricos surgiram para isolar essas pessoas, muitas vezes resultando em condições desumanas e tratamentos abusivos. Nesse sentido, a institucionalização da loucura pode ser vista como uma forma de controle social, onde a sociedade normatiza comportamentos e exclui aqueles que não se encaixam nas normas estabelecidas. O conceito de "normalidade" foi, e muitas vezes ainda é, usado para justificar a segregação e o tratamento coercitivo de pessoas com diferenças mentais. Com o avanço da medicina, diagnósticos psiquiátricos tornaram-se ferramentas poderosas para identificar e classificar diferentes condições mentais. No entanto, essa medicalização da loucura também reforçou a ideia de que essas condições necessitavam de isolamento e tratamento institucional.

Em contraste, a neurodiversidade é um movimento que surgiu na década de 1990 e promove a ideia de que as variações neurológicas, como autismo, TDAH, dislexia, entre outras, são parte da diversidade humana natural e não defeitos ou distúrbios que necessitam de "cura". Defensores da neurodiversidade argumentam que essas variações devem ser respeitadas e valorizadas, promovendo a inclusão em vez da segregação. A neurodiversidade propõe um

modelo de inclusão onde as diferenças são aceitas e acomodadas, contrastando fortemente com a história de institucionalização da loucura, que buscava a exclusão e controle (Viana e Marinque, 2023).

Para o movimento da neurodiversidade, o cérebro não é uma construção social, mas uma base natural e biológica da identidade, dentro do movimento coexistem tanto o impulso construtivista, que vê as identidades como moldadas socialmente, quanto a naturalização identitária, que considera a identidade profundamente enraizada no biológico, ou seja, no cérebro. Conseqüentemente, o movimento da neurodiversidade defende o direito à diferença, reconhecendo as particularidades das pessoas neurodiversas, enquanto simultaneamente afirma que essas diferenças têm uma base biológica no cérebro. Essa coexistência de enfoques resulta em um paradoxo onde a identidade é vista tanto como uma construção social quanto como algo dado pela biologia (Ortega, 2008).

Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentam preconceitos que subestimam suas capacidades de aprendizado e produtividade social, levando a um foco em cuidados básicos e assistência médica em detrimento da educação. Nos séculos XIX e XX, surgiram escolas e classes especiais, frequentemente supervisionadas por profissionais da medicina, reforçando a visão médica da deficiência. Apesar do avanço da educação inclusiva, que promove a integração de todos os alunos no sistema educacional regular, o modelo médico ainda influencia negativamente, tratando a deficiência como um problema a ser gerido. A transição para uma educação inclusiva requer mudanças significativas nas atitudes sociais, políticas educacionais e práticas pedagógicas para garantir acesso igualitário à educação para todos (Freitas, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Artigos selecionados:

Títulos	Autores	Ano
O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade	Francisco Ortega	2008
Da concepção de deficiência ao enfoque da neurodiversidade. Revista Científica de Educação	Ana Beatriz Machado de Freitas	2016

A neurodiversidade na formação de professores: reflexões a partir do cenário de propostas curriculares em construção no Brasil	Elton de Andrade Viana Ana Lúcia Manrique	<b>2020</b>
Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar.	Helenira fonseca de alencar Heloisa fonseca barbosa Robéria vieira barreto gomes	<b>2021</b>
Discutindo a neurodiversidade na Educação Matemática: as novas terminologias que emergem nessa discussão	Elton de Andrade Viana Ana Lúcia Manrique	<b>2023</b>

Mediante exposto, a educação inclusiva defende que todas as pessoas são capazes de aprender e que as escolas devem acolher e valorizar a diversidade entre os alunos. Ao contrário do modelo de "integração escolar", onde os alunos com necessidades especiais precisavam se adaptar às exigências escolares, a educação inclusiva propõe que as escolas se adaptem às necessidades de todos os alunos, incluindo os neurodivergentes. Isso envolve mudanças no currículo, métodos de ensino e estrutura física, visando desenvolver os potenciais de cada aluno e promover a plena participação social e acadêmica. A implementação desse paradigma requer mudanças culturais e estruturais nas escolas, resultando em um ambiente mais acolhedor e equitativo para todos (Alencar, Barbosa e Gomes, 2021).

Anteriormente, o currículo era baseado em um aluno idealizado, ignorando as necessidades individuais. Agora, há uma transição para um currículo adaptado, que reconhece e integra as diversas características dos alunos. Isso representa uma importante reflexão na Educação, onde a diversidade é considerada como parte fundamental do processo educativo. Essa mudança de perspectiva tem implicações significativas na inclusão de estudantes atípicos, que antes eram muitas vezes excluídos do sistema educacional. Ao valorizar a diversidade, o currículo se torna mais inclusivo, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam aprender e se desenvolver juntos. Embora essa transição ainda esteja em curso, já se observam mudanças significativas na forma como o currículo é concebido e implementado. Essas mudanças refletem uma maior consideração pelas diferenças individuais

e uma tentativa de construir um ambiente educativo mais inclusivo e adaptado às necessidades de todos os estudantes (Viana e Marinque, 2020).

Nesse contexto, para Winnicot (1983) o desenvolvimento de uma pessoa não é um evento simples e direto, como a criação de um objeto de arte. Em vez disso, é um processo complexo e contínuo que começa desde a concepção e continua ao longo da vida. Os pais não "produzem" um bebê no sentido de criar algo acabado; eles iniciam um processo de desenvolvimento. Este processo começa com o feto no útero da mãe, continua com o bebê nos braços dos pais e, eventualmente, se desenrola no ambiente do lar e além.

Portanto, é dentro da família que as pessoas têm as suas primeiras vivências de interação social. A família atua como uma das principais fontes de aprendizado para os seres humanos, envolvendo conexões emocionais, sociais e intelectuais. Portanto, o desenvolvimento de comportamentos, ações e habilidades para resolver problemas começa a partir das experiências vividas em família (Oliveira, 2022).

Nesse sentido, o fator humano no ambiente é essencial, pois relações sociais fornecem modelos de comportamento, normas, valores e conhecimentos internalizados pelo indivíduo. Assim, Vygotsky nos mostra que o desenvolvimento humano é um processo social, onde a estrutura fisiológica fornece a base, mas é a interação constante com o meio social que permite o desenvolvimento completo das habilidades cognitivas, sociais, emocionais e culturais (Rego, 2012).

Dessa forma, a estimulação para a aprendizagem deve ser compreendida como uma relação entre os aspectos afetivos e cognitivos do indivíduo, ambos influenciados pelo meio social. Assim, crianças de contextos familiares que não valorizam a aprendizagem escolar tendem a não investir energia suficiente para aprender. Na educação, os pais transferem suas crenças para a criança e servem de modelos, influenciando diretamente o comportamento e as atitudes dos filhos em relação à aprendizagem. Portanto, a valorização e o incentivo à educação dentro do ambiente familiar são fundamentais para o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças (Jardim, 2006).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A visão de normalidade foi historicamente usada para classificar e segregar pessoas que não se enquadravam nos padrões estabelecidos, como indivíduos com deficiência ou considerados "loucos". Antes do século XVIII, a loucura era vista como erro ou ilusão, sem confinamento sistemático. Com o tempo, a institucionalização surgiu como forma de controle

social. No entanto, o avanço científico trouxe mudanças, promovendo respeito e dignidade para pessoas com deficiência.

Nesse sentido, o movimento da neurodiversidade, emergindo na década de 1990, desafia a ideia de que variações neurológicas são defeitos. Na educação, a transição para um modelo inclusivo reconhece que todas as pessoas podem aprender e que as escolas devem adaptar-se às necessidades de todos os alunos, incluindo os neurodivergentes. Portanto, para efetivar a inclusão, são necessárias mudanças culturais e estruturais, com currículos que valorizem a diversidade. A família também tem um papel crucial, sendo o primeiro ambiente de aprendizado e desenvolvimento. Em resumo, a evolução na compreensão da normalidade e deficiência promove uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, valorizando a diversidade e as capacidades de todos os indivíduos.

**Palavras-chave:** Neurodiversidade; Inclusão, Normalidade.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. F.; BARBOSA, H. F.; GOMES, R. V. B. Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar. 2021.

CARDIERI, Mariana Prates. **Estudos culturais, neurodiversidade e psicanálise: um lugar para o autismo**. 2018. Tese de Doutorado. Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneas.

FOUCAULT, M. A microfísica do poder. ed.13. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 de março de 2021.

FREITAS, A. B. M. Da concepção de deficiência ao enfoque da neurodiversidade. Revista Científica de Educação, v. 1, n. 1, p. 86-97, 2016.

JARDIM, Ana Paula et al. Relação entre família e escola: proposta de ação no processo ensino-aprendizagem. 2006.

ORTEGA, F. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. **Mana**, v. 14, p. 477-509, 2008.

PEREIRA, M.G.D. **Construções do eu e do outro: múltiplos olhares sobre o autismo no contexto da família**. 2022. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

REGO, T.C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2012. (Educação e Conhecimento).

VIANA, E. A.; MANRIQUE, A. L. Discutindo a neurodiversidade na Educação Matemática: as novas terminologias que emergem nessa discussão. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 25, n. 4, p. 332-358, 2023.

VIANA, E. A; MANRIQUE, A. L. A neurodiversidade na formação de professores: reflexões a partir do cenário de propostas curriculares em construção no Brasil. **Boletim Gepem**, n. 76, p. 91-106, 2020.

WINNICOT, D. W. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução de Irineu Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: **Artmed**, 1963. Reimpressão 2007.